

O PCB e os caminhos da construção da Revolução Brasileira: a gênese teórica do partido (1922-1937)

Eder Renato de Oliveira¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Objetiva-se centralmente nesse trabalho tornar público os resultados das investigações do desenvolvimento da pesquisa de mestrado sobre o PCB. O que se pretende é analisar como o partido surge e torna-se mais um elemento de modernidade no início da história republicana brasileira. Criado formalmente em 1922, o PCB tornar-se-ia uma marca indelével da esquerda brasileira. No entanto, o partido é fruto de uma múltipla associação de elementos humanos e ideológicos que se processava antes mesmo de 1922. Internamente, o PCB surge da confluência de uma rara conjuntura: imigração europeia, desenvolvimento das forças capitalistas, surgimento de uma classe operária e de movimentos de contestação como o anarcossindicalismo e as greves de 1917 e 1919. Externamente, a Revolução Russa (1917) é o estopim para a necessidade da criação de um partido organizado da classe operária. Após diversos impasses, surge a necessidade de formulação de uma teoria da revolução brasileira que tem, na figura de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão seus principais formuladores: a revolução concentra sua contradição principal nas forças agraristas *versus* industrialistas, entre a oligarquia feudal e a pequena burguesia. Apesar das mudanças no núcleo dirigente, será essa a concepção de revolução brasileira que guiará os comunistas brasileiros do PCB até a formulação de uma nova teoria da revolução em março de 1958 com a Declaração de Março.

Palavras-chave: Revolução Brasileira; PCB; Comunismo brasileiro.

The PCB and the paths of construction of the Brazilian Revolution: the theoretical genesis of the party (1922-1937)

ABSTRACT

The main objective of this work is to make public the results of investigations of the development of the master's research on the PCB. The intention is to analyze how the party emerged and became yet another element of modernity at the beginning of Brazilian republican history. Formally created in 1922, the PCB would become an indelible mark of the Brazilian left. However, the party is the result of a multiple association of human and ideological elements that took place even before 1922. Internally, the PCB arises from the confluence of a rare situation: European immigration, development of capitalist forces, emergence of a class workers and protest movements such as anarcho-syndicalism and the strikes of 1917 and 1919. Externally, the Russian Revolution (1917) was the trigger for the need to create an organized party of the working class. After several impasses, there is a need to formulate a theory of the Brazilian revolution that has, in the figure of Astrojildo Pereira and Octávio Brandão, its main formulators: the

¹ Doutorando do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Marília-SP – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). Pesquisou na graduação e no mestrado a concepção de Revolução Brasileira para o PCB no período que abrange 1954-1964. Estudou Ciência Política – Intercâmbio – na Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha – onde pesquisou o Sistema Partidário na União Europeia. Atualmente é professor de Sociologia PEB II concursado na SEDUC-SP. Reside em Marília-SP. E-mail: eder.oliveira@unesp.br.

revolution concentrates its main contradiction in the agrarian versus industrialist forces, between the feudal oligarchy and the petty bourgeoisie. Despite the changes in the ruling nucleus, it was this conception of the Brazilian revolution that guided the Brazilian Communists of the PCB until the formulation of a new theory of revolution in March 1958 with the March Declaration.

Keywords: Brazilian Revolution; PCB; Brazilian Communism.

Introdução

Não se busca neste artigo a ambição de uma história totalizante (ainda que não se isente o ponto de vista da totalidade em sentido dialético) sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O surgimento do PCB² está intimamente atrelado ao processo de constituição, formação e desenvolvimento das formas capitalistas desde o fim do século XIX, no Brasil. A expansão das formas capitalistas se traduz no aparecimento de classes sociais fundamentais e antagônicas e, também, num certo desenvolvimento de suas lutas de classes nos centros dinâmicos da economia.³

Opta-se, metodologicamente, nesta investigação, pela concepção marxista de classe social da forma que se expressa em suas obras mais significativas, a exemplo do clássico O Manifesto Comunista de 1848. Por isso, a classe social é aquela que ocupa, na formação social, uma posição na produção e estabelece uma relação social jurídico-política na detenção dos meios de produção. Na formação social capitalista, portanto, as classes fundamentais são o proletariado e a burguesia. Como expôs Friedrich Engels em nota à edição inglesa, de 1888, da obra “Manifesto Comunista”:

Burguesia significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios da produção social e empregados assalariados. Proletário, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção próprios, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para viver (MARX; ENGELS, 2010, p. 9).

² Analisa-se neste trabalho a trajetória da história política do atual Partido Comunista Brasileiro (PCB) que teve seu registro aceito no Supremo Tribunal Eleitoral (STE) em 09/05/1996 sob a Sigla partidária nº 21. Ademais, em 1922 o atual PCB era denominado *Partido Comunista do Brasil* sob a sigla PCB. No ano de 1961, por motivações políticas e táticas, o PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro.

³ Para uma visão geral e didática sobre o surgimento das ideias socialistas no Brasil ver: KONDER, 2010. Um estudo histórico, pioneiro e amplo sobre o PCB, em específico, pode ser verificado em: SEGATTO, 1989.

A gênese do Partido Comunista Brasileiro não se encontra apenas no emblemático ano de 1922, mas é fruto das múltiplas dimensões de um processo histórico de formação da classe operária brasileira e o fortalecimento das relações capitalistas no Brasil. Desde o fim da Monarquia (1822-1889), a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações no tecido social: o fim da escravidão, as relações capitalistas no campo, a vinda do imigrante europeu no campo e, posteriormente, na cidade e o surgimento de ideologias de viés socialista são marcas indeléveis da formação do Brasil moderno.

O PCB surge das vicissitudes, no campo da política operária nacional e internacional. No âmbito nacional, o anarcossindicalismo deu o substrato humano e material para o surgimento do partido. Líderes advindos do anarcossindicalismo, a exemplo de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, foram fundamentais na criação do PCB e na formulação de uma concepção de revolução brasileira. Ao proceder no estudo das Ciências Sociais e aqui, em específico no estudo de um partido revolucionário, Lucien Goldmann assevera que:

Nas ciências humanas, não basta, pois, como acreditava Durkheim, aplicar o método cartesiano, pôr em dúvida verdades adquiridas e abrir-se inteiramente aos fatos, pois o pesquisador aborda muitas vezes os fatos com categorias e pré-noções implícitas e não conscientes que lhe fecham de antemão o caminho da compreensão objetiva (GOLDMANN, 1978, p. 11).

A importância, ainda, de se escrever sobre o PCB neste começo de século XXI, reside no fato, como acertadamente escreveu Christopher Hill, de que a cada geração é preciso *reescrever* a História, pois embora o tempo histórico (o passado) seja irreversível, o presente está em constante mudança. Para o historiador marxista britânico, cada geração lança novas perguntas sobre o passado (HILL, 1987).

Este trabalho leva em consideração as investigações de Adam Schaff. Em sua obra “História e Verdade”, faz uma indagação crucial ao desenvolvimento do trabalho do historiador: como diferenciar a verdade do conhecimento histórico e a propaganda, num contexto em que o ofício do historiador consiste em analisar os mesmos fatos de diversas maneiras? Ao que parece, Schaff nos apresenta uma pista: a questão metodológica. Assim:

Se apesar dos métodos e das técnicas de investigação aperfeiçoadas, os historiadores não só julgam e interpretam as mesmas questões e os mesmos acontecimentos em termos diferentes [...] será possível que esses historiadores façam simplesmente uma propaganda camuflada em lugar da ciência? (SHAFF, 1987, p. 66).

Analisa-se aqui, em linhas gerais, os condicionantes de desenvolvimento da via capitalista no Brasil e a inserção das lutas e formas particulares de organização da classe trabalhadora. Desta forma, foi possível perceber que a gênese do Partido Comunista Brasileiro (PCB) esteve intimamente atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do surgimento e formação do proletariado.

Nota-se também que o anarquismo, em sua variante anarco-sindicalista, foi a corrente hegemônica que aglutinou amplos setores e organizações proletárias. Embora a ideologia anarquista tenha sido de suma importância para os primeiros desenvolvimentos de formas particulares de luta e organização, ela mostrou-se incapaz de levar o nascente proletariado brasileiro a efetivas vitórias contra o Estado liberal-oligárquico. Das contradições internas e externas que emergem entre 1917 e 1922, terá vaga, no Brasil, a fundação do PCB como mais um elemento da modernidade capitalista.

Entre 1922 e 1935 o partido, obstinadamente, levou a cabo uma política de Revolução Brasileira, pautada, no que pese seus métodos e sua orientação ideológica, por um misto de desconhecimento da realidade das contradições reais e objetivas orientadas pela ação da Terceira Internacional Comunista aliada ao complexo ideológico tenentista de matiz militarista e pequeno-burguesa. Evidentemente, e não menos importante, este quadro agravava-se com a perseguição política aos militantes do partido. Este dado é importante, porque revela e muito da construção da democracia brasileira em todo o período republicano. Durante o período estudado (1922-1937), o PCB ficou praticamente na ilegalidade sendo que, “poucos meses após sua fundação, o PCB é jogado na ilegalidade (julho de 1922)” (SEGATTO, 1989, p. 27).

O revés do movimento de 1935 – estratégia e tática de uma leitura desacertada das contradições da formação social brasileira – levaria os comunistas a uma crise de organização e que culmina na desestruturação das células partidárias ao longo do período do Estado Novo (1937-1945). A impertinência de Getúlio Vargas ao partido não só gerou o esfacelamento de qualquer possibilidade de levar adiante um projeto sólido

de Revolução Brasileira, mas significou o aniquilamento físico e prisões que, de fato, impossibilitaria ao partido recompor-se com facilidade.

A sua difícil reestruturação, em meio ao prenúncio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e à repressão aos quadros partidários no período do Estado Novo e aos desdobramentos de um iminente conflito mundial e ascensão do nazifascismo, o movimento comunista internacional teve de se repensar internamente e publicamente. A entrada dos Estados Unidos da América (EUA)⁴ e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1940-1945, URSS) na Segunda Guerra Mundial alteraram as relações dos comunistas com os diversos governos das nações capitalistas.

A gênese do PCB: o longo caminho na formação do partido

O final do século XIX marca o fim da monarquia no Brasil e a passagem para a forma republicana de governo. Apesar das mudanças no plano jurídico-institucional, são ínfimas as transformações sociais imediatas e conserva-se a concentração fundiária. Neste sentido apontou o historiador marxista Nelson Werneck Sodré, “A República era uma cômoda ficção, e o país se transformara, realmente, numa ‘modesta fazenda senhorial’, bem ordenada” (SODRÉ, 2004, p. 336).

Evidente, até 1889 o Brasil conserva, no plano econômico, o grande latifúndio agrícola tendo o café como motor da economia. O monopólio da terra e das plantações de café é dirigido pelas “elites agrárias” do Vale do Paraíba e, posteriormente, por uma nova elite que surge em São Paulo (Centro-oeste paulista), que se vê como a “classe modernizante” (FURTADO, 1968). Mesmo com a estruturação de um Estado-nação (1822), do fim da escravidão no plano jurídico (1888), na época Republicana (1889) persiste o grande domínio agrícola prevalecendo as relações sociais de dependência com os chefes locais (coronelismo – ou aquilo que Furtado denomina “oligarquia feudal”). Ou seja, predomina, na visão de Furtado, o atraso.

⁴ Os EUA entraram na guerra após o ataque surpresa da Força Aérea Japonesa em 7 de dezembro de 1941, no Havaí – Pearl Harbour, destruindo drasticamente armamentos e homens das forças estadunidenses. Em menos de 24 horas, o Congresso Americano autoriza a guerra contra o Japão levando a uma escalada de guerra sem precedentes na história contemporânea; em três dias Itália e Alemanha declaram-se beligerantes contra os EUA (KARNAL, 2015).

Com o fim da escravidão, as classes dominantes tomadas por ideais evolucionistas e eugênicos, fruto da impregnação positivista no campo ideológico, vislumbram que há a necessidade de se *resolver* o problema da mão de obra. Opera-se, dessa forma, uma política de imigração europeia largamente financiada pelo Estado para atender às demandas econômicas das elites regionais, ou seja, do capital agrário-exportador (capital mercantil, *originário*).

A antropóloga Giralda Seyferth (1985), num amplo estudo sobre a teoria do branqueamento (tese segundo a qual, pela *superioridade natural*, a “raça branca” se sobrepujaria à “raça negra” de modo que em pouco mais de um século essa “raça” deixaria de existir), mostra com bastante acuidade o fenômeno ideológico do surgimento da ciência antropológica em seus primeiros anos no Brasil e sua função como discurso etnocêntrico em relação aos escravizados e ex-escravizados negros. No Brasil, antropólogos pioneiros, como João Batista de Lacerda, seguiam à risca as teorias importadas do Ocidente moderno e reunia em torno de si à época, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, um séquito de pesquisadores sobre o conceito de raça. Para Josep Fontana, a escrita de uma historiografia de tipo colonial e imperialista foi terrivelmente imposta não apenas como “conhecimento verdadeiro”, aquilo que ele chama de “consenso”, mas também profundamente terrível aos povos conquistados das colônias (FONTANA, 2004, p. 170).

É imprescindível notar que, principalmente no Brasil, havia por parte da elite intelectualizada e que acabava de sair do regime escravocrata, uma enorme preocupação em mostrar-se frente à Europa como uma nação branca, evoluída, civilizada e culta. Estava deste modo justificada a política de imigração europeia⁵ (SEYFERTH, 1985).

Nesse processo, a gênese da classe operária brasileira se dá concomitantemente, como assinalou Nelson Werneck Sodré, “sob o peso do regime escravista, cuja extinção

⁵ Tenho como pressuposto e como hipótese de trabalho que incrementar a análise com a questão da imigração, mesmo como pano de fundo histórico, enriquece o trabalho na medida em que nos dá uma visão dimensionada sobre o quadro da formação histórico-social brasileira. Os imigrantes, além da constituição da formação do operariado brasileiro, foram importantes vetores das ideologias socialistas e muito contribuíram para a formação das principais correntes de esquerda no Brasil – a exemplo dos anarcossindicalistas que são, em boa medida, a gênese social do PCB, em 1922. Sobre esse tema ver: DULLES, 1977.

recente e tardia, em nosso país, não impedia a transmissão de sua herança de atraso social e cultural ao proletariado emergente” (SODRÉ, 1984, p. 28).

Em estudo recente de Lilia Moritz Schwarcz, 22% (11 milhões) do total de imigrantes transatlânticos aportaram na América Latina. Desse universo, 38% de italianos, 28% de espanhóis, 11% de portugueses e 3% de franceses. A Argentina foi a que mais absorveu este contingente chegando a receber mais de 10 milhões de europeus. Para a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, o processo migratório deu-se em diferentes movimentos. Teve uma receptividade no sul do Brasil onde se fixou um tipo de instalação baseados em pequenos lotes de terra com produção policultora. Mas a grande expansão foi nos cafezais de São Paulo que, até 1900, foi subvencionada em até 80% pela União (SCHWARCZ, 2015).

O imigrante europeu, devido às flutuações e crises do café, migrava e inchava os grandes centros urbanos, gerando, ao mesmo tempo, falta mão de obra, nem sempre “qualificada”, e ao mesmo tempo demanda interna. Consigo trazia as ideias socialistas da Europa, formas particulares de organização e luta dos trabalhadores. Mas o fato é que, nas duas primeiras décadas do século XX, a maioria desse contingente de trabalhadores da indústria encontrava-se no eixo Rio-São Paulo.

Todavia, é importante ressaltar que no início da industrialização brasileira, o número de trabalhadores na indústria era relativamente baixo se comparado com o total dos trabalhadores em outros setores. Porém, em meio século, o Brasil transita de uma economia de “plantações tropicais” para uma economia “semi-industrial” com acentuado êxodo rural formando duas classes essencialmente urbanas: o proletariado e as camadas médias (FURTADO, 1968).

Soma-se a isto o fato de que a urbanização, a industrialização e o consequente aumento demográfico que o Brasil experimentou da Primeira Guerra (1914) até 1930 é resultado, em grande medida, da política econômica do café e suas crises. Política econômica que se expressou na maquinização e beneficiamento do café como também, conforme João Manuel Cardoso de Mello, na implantação da estrada de ferro. Esses elementos, beneficiamento e estrada de ferro, reforçaram imensamente a economia de tipo “mercantil-escravista”, mas, dialeticamente, se opuseram “criando condições para a emergência do trabalho assalariado” (MELLO, 1982, 82).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1914 a cidade de São Paulo possuía 449.159 habitantes e em 1930 este número praticamente dobrou indo para 887.810 habitantes e o Distrito Federal (Rio de Janeiro), somava, nestas datas, 1.002.144 e 1.505.144, respectivamente.⁶ Esta mesma industrialização aceleraria o processo de urbanização dando origem a grupos urbanos bem definidos. Assim, surgia uma incipiente burguesia proprietária de fábricas têxteis, de cerveja, chapéus, calçados, móveis etc.; também os setores médios urbanos e uma classe proletarizada concentrada em grandes bairros operários como o Brás, a Barra Funda e a Mooca, na cidade de São Paulo. Na observação arguta de um dos mais importantes historiadores brasileiros e em análise pioneira sobre o PCB, Nelson Werneck Sodré:⁷

Mas, ainda assim, o quadro apresenta alterações importantes que, no fim do período, com a primeira Guerra Mundial, indicarão os seus efeitos e os aprofundarão. O aumento demográfico, a modificação nas relações de trabalho, ascensão na capacidade aquisitiva ligada às fases de euforia na exportação deste ou daquele produto, ou de mais um, vão impulsionar, vagarosamente, o parque manufatureiro cujo crescimento está associado às dificuldades para importar [...] é uma indústria de substituição, que alivia importações, mas passa a ter um papel indispensável no conjunto da economia brasileira (SODRÉ, 2004, p. 339-340).

Não se pretendeu até aqui uma detalhada análise do desenvolvimento capitalista no Brasil. E, de forma genérica, este foi o quadro que se assentou as bases do surgimento mais acentuado das relações sociais capitalistas no país, mostrando que as duas primeiras décadas do século XX, no país, foram importantes momentos para o início da constituição da indústria e das relações sociais assalariadas. Por conseguinte, a indústria capitalista traz como elemento necessário o trabalhador não só como indivíduo e ser social⁸ (genérico) que tem uma atividade,⁹ mas também como sujeito histórico tornando-se classe em si. A maneira como se desenvolve o capitalismo e seus processos

⁶ Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

⁷ Sobre Nelson Werneck Sodré ver artigo meu publicado recentemente na Revista Princípios: “Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira”.

⁸ “O indivíduo é o *ser social*” (MARX, 2010, p. 107, grifo do autor).

⁹ Aqui, opera-se com as categorias de *atividade* e *sociedade* como se dá na concepção expressada por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*: “A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social* [...], isto é, a atividade e a fruição que *imediatamente*, em sociedade efetiva com outros homens, se externam e confirmam [...]” (MARX, 2010, p. 107, grifo do autor).

traz, em sua forma universal, contradições postas pelas relações sociais de produção. A essa tese, Engels acrescenta que “as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo” (ENGELS, s/d, p. 306). Historicamente, a moderna classe trabalhadora (o proletariado) desenvolveu formas particulares de organização para negar a sua condição de classe explorada pela classe burguesa – detentora juridicamente dos meios de produção. No Brasil, o anarcossindicalismo foi a forma particular em que se processou a luta dos trabalhadores nos primeiros anos da Primeira República.

Muitos trabalhadores e intelectuais foram destacados agitadores e propagandistas como Alcibiade Bertolotti¹⁰ e Antônio Piccarollo,¹¹ que fundou em 1900, o jornal socialista *Avanti!*.¹² Para o estudioso dos primeiros anos da ação dos social-democratas no Brasil, o professor Evaristo de Moraes Filho, na coletânea *História do Marxismo no Brasil*, [Piccarollo] “citava Marx e Engels, mas, em verdade, suas ideias permaneceram na esfera do socialismo reformista” (MORAES FILHO, 1991, p. 39).

¹⁰ “Filho de Antonio e Euriclea Agnoli, nasceu em Parma em 28 de outubro de 1862; graduou-se em engenharia na Universidade de Bolonha. De ideias socialistas, emigrou para o Brasil em 1890 e se estabeleceu em São Paulo, juntando-se ao pequeno grupo de imigrantes intelectuais italianos cuja considerável importância para a formação da nova classe dominante brasileira ainda não foi estudada. Em 1891, Bertolotti estava entre os fundadores do jornal *Il Messaggero* e em 1900 da Liga Democrática Italiana, que reuniu anarquistas, socialistas e republicanos. Em 1901, a Liga tornou-se o Círculo Socialista, que organizou as primeiras grandes greves em São Paulo (na fábrica de vidro Santa Marina, cujos trabalhadores eram quase todos italianos), e cujo órgão era o *Avanti*, dirigido há algum tempo pelo próprio Bertolotti; a atividade do Círculo e, particularmente, a do jornal contribuíram muito para a ascensão das primeiras ligas de trabalhadores da categoria” (Tradução livre). Disponível em: <treccani.it> Acesso em: 10 jul 2022.

¹¹ “Antonio Piccarolo nasceu em Alessandria, na Itália, em 1º de março de 1863, filho de Giacomo Piccarolo e de Antonia Goretta, de família de agricultores abastados da região do Piemonte. Em 1881, ingressou no curso de direito da Universidade de Turim. Especializou-se em história e defendeu sua tese de láurea sobre a abolição da servidão feudal na região de Vercelli. Foi professor no Ginásio Oficial de Viterbo, na região do Lácio [...] Piccarolo permaneceu à testa do *Avanti!*, em São Paulo, até fins de 1905, quando se demitiu para seguir uma trajetória socialista *sui generis*. Em 1906, fundou *Il Secolo*, por meio do qual iniciou uma polêmica com socialistas mais radicais, reunidos em torno do *Avanti!* Nessa nova condição, adotou como tema principal de sua atuação a luta “pelos interesses da colônia italiana de São Paulo”, entre os quais a imigração ganhava posição ímpar. Una rivoluzione economica: la proprietà fondiaria degli italiani nello stato di S. Paolo, sua primeira obra escrita em São Paulo, em 1908, foi preparada com a intenção de divulgar os progressos feitos por imigrantes que se haviam transformado em pequenos proprietários de terras [...] O socialismo ficava para um futuro não determinado. Suas propostas provocaram polêmicas entre os socialistas e diversas instituições do movimento operário de São Paulo [...] Faleceu em São Paulo em 1947. Ver: HECKER, A. Socialismo; Arquivo Antonio Piccarolo, IIBC-SP; Prontuário Piccarolo Antonio, Ministero Dell’Interno, Direzione Generale della Pubblica Sicurezza, Divisione Polizia Politica. Disponível em: <fgv.br> Acesso em: 10 jul. 2022.

¹² O *Avanti!* foi lançado em setembro de 1900 em São Paulo e era escrito em italiano; circulou até 1909 (KONDER, 2010).

Outros eminentes difusores das ideias socialistas no Brasil, segundo Leandro Konder, foram Silvério Fontes, o poeta e jornalista Ezequiel de Oliveira Luz que escrevia e enaltecia Marx no jornal *Aurora Social*, o professor rio-grandense Vicente de Souza que fora fundador do Centro das Classes Operárias, e os trabalhadores Mariano Garcia e Estevam Estrella (REIS, 1991). Todos estes foram influenciados pelas ideias social-democratas da Segunda Internacional. Sobre esse tema Del Roio coloca importante observação analítica da transversalidade do positivismo nos primórdios do desenvolvimento do ideário socialista no Brasil:

Assim, o pequeno e disperso grupo de militantes socialistas (entre os quais vale destacar Silvério Fontes, Luiz de França e Silva, Gustavo de Lacerda e Antonio Picarollo), viu-se limitado à difusão das toscas ideias socialistas, conectadas a um positivismo de esquerda. O sempre almejado partido operário socialista nunca passou de uma miragem, que sempre se desvanecia a cada tentativa de organização. A verdade é que, nas condições de acumulação originária do capital então vigentes, não era possível articular senão um esboço de sociedade civil, condição outra, além da existência concreta de uma massa razoável de trabalhadores subsumidos no movimento do capital, para que se formassem um partido operário e um projeto de hegemonia. O socialismo brasileiro viu-se então limitado pelas condições objetivas tanto quanto pelo seu referencial cultural, mas não deixou de ser coetâneo ao reformismo vigente na II Internacional (DEL ROIO, 2007, p. 15).

Em realidade, o desenvolvimento do ideário socialista no Brasil foi fruto de um amálgama do já existente complexo ideológico positivista em processo no Brasil com as futuras formulações da Segunda Internacional reformista e positivista, confiante na objetividade da história e no desembocar linear e inexorável ao socialismo. Não obstante, neste primeiro momento de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, foi a corrente *anarcossindicalista*¹³ a força organizativa que mais travou o combate com o capital.

O anarcossindicalismo, no Brasil, teve sua origem nos círculos operários de imigrantes espanhóis e italianos, sobretudo, devido às questões históricas das lutas nos seus países de origem. Seus pressupostos táticos calcavam-se em lutas espontâneas e econômico-corporativas. O destaque da luta e da organização das correntes anarcossindicalista e social-democrata foram a convocação do I Congresso Operário

¹³ Importante estudo sobre os anarquistas no Brasil durante a Primeira República encontra-se também em (DULLES, 1977).

Brasileiro (1906), no Rio de Janeiro, em que se travou o debate entre as proposições reformistas e anarquistas. Claro, os primeiros partidos de cunho socialista/reformista tinham uma visão bastante difusa daquilo que viria a ser conhecido como marxismo pelo fato de que as obras de Marx e Engels não haviam sido publicadas no Brasil. Os reformistas, identificados com a social-democracia europeia da Segunda Internacional, tinham no horizonte a luta por intermédio de “*um forte partido político*” (MORAES FILHO, 1991). Em oposição, os anarquistas defendiam a *ação direta* dos trabalhadores e a *greve geral* como meio de luta contra as forças do capital e no estabelecimento da *autogestão social*.

Neste Congresso, a ala anarcossindicalista foi majoritária e lançou as bases para a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908, sob a influência dos anarcossindicalistas. Evidentemente, a COB surgiu da necessidade crescente de uma organização mais eficaz dos trabalhadores. Não era um partido político e congregava oito organizações de trabalhadores do Rio de Janeiro, 22 em São Paulo e uma em Porto Alegre. Segundo o brasilianista e cientista político da Universidade da Califórnia, Ronald H. Chilcote, “À fundação da COB seguiu-se a proliferação de pequenos grupos anarquistas” (CHILCOTE, 1982, p. 52). Não menos importante de nota foi a tentativa de cooptação deste movimento por setores da burocracia estatal do governo em um suposto IV Congresso Operário Brasileiro naquele ano de 1912 e que visava “nacionalizar” o operário:

Sob os auspícios do poder estatal, reúne-se em novembro, na capital do país, um dito IV Congresso Operário Brasileiro, comparecendo 187 delegados. Encerra seus trabalhos com a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho como partido político e divulgação do programa que compreende a ‘nacionalização do operariado, a luta pela jornada de oito horas, a instrução primária obrigatória, a construção de casas para operários, o incentivo ao alistamento eleitoral dos mesmos, a unificação deles visando reivindicações. Tratava-se de singular congresso ‘operário’, reunido no Palácio Monroe, com todas as facilidades oficiais e oficiosas. No fundo tentativa governamental de constituir organização operária operaria do tipo socialdemocrata, que foi inútil (SODRÉ, 1984, p. 34).

Em 1913 teve vez o II Congresso Operário Brasileiro que se organizou como resposta da COB – e, portanto, dos anarquistas – às leis retrógradas tal qual a lei de expulsão aos estrangeiros de 1912, ao IV Congresso Operário Brasileiro organizado pelo

Estado e à carestia que, segundo dados de Edgard Carone, concentrou 10 mil pessoas às ruas no dia 16 de março de 1913 e diversas manifestações no dia 1º de maio em muitos estados – Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas (CARONE, 1975).

Ademais, o II Congresso Operário Brasileiro – sob a égide da COB – representou, politicamente, a consolidação e hegemonia do movimento anarquista na política operária. As manifestações anarcossindicalistas e social-reformistas, enquanto ideias e práticas contrárias à ordem social burguesa no Brasil, foram desenvolvidas num contexto de surgimento da indústria capitalista e seu corolário que é a contradição capital-trabalho.

Dito isto, o quadro das contradições capitalistas no mundo do trabalho brasileiro teve, historicamente, seu paroxismo nas greves operárias de 1917 e 1920 em que os anarcossindicalistas tiveram um importante papel na luta reivindicativa das massas trabalhadoras. Recordar-se ainda, que, entre os anos 1917 e 1920, houve mais de 200 manifestações grevistas no eixo Rio-São Paulo (CARONE, 1982). Entretanto, as greves de 1917 a 1920, ao mesmo tempo em que demonstraram grande combatividade por parte dos anarquistas, colocou em evidência seus reais limites e se balizaram pela recusa da política e extremo individualismo. Inserido nessas lutas, estava o militante, jornalista e intelectual orgânico¹⁴ da classe operária, Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965). Rebelde, Astrojildo Pereira¹⁵ muito cedo se ligou às causas sociais. Durante mais de dez anos (entre 1910 e 1920), Astrojildo manteve uma relação orgânica com as camadas operárias. Já em 1909, o jovem militante lia *A conquista do pão* de Piotr Kropótkin¹⁶ e

¹⁴ A categoria de análise *Intelectual orgânico* foi desenvolvida pelo filósofo e líder comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nos seus *Cadernos do Cárcere*. Segundo Gramsci, todos os homens têm possibilidades de se desenvolver como *intelectuais*, conquanto nem todos exerçam essa função, de fato. Assim, os *intelectuais orgânicos* cumprem uma função organizadora na classe em que estão inseridos e, não necessariamente, advêm dessa classe (SECCO, 2002).

¹⁵ Há substancial bibliografia sobre Astrojildo Pereira. A mais atual e significativa, contendo inúmeras referências, pode ser encontrada em MAZZEO, 2014.

¹⁶ Piotr Kropótkin (1842-1921) é tido pela corrente dos *comunistas anarquistas* como o sucessor do teórico Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876). Para Tom Bottomore: “foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da teoria do comunismo anarquista, de acordo com a qual “tudo pertence a todos” e a distribuição baseia-se exclusivamente nas necessidades. Em seu ensaio *L’État, son rôle historique*, publicado em francês em 1906, Kropotkin realizou uma análise penetrante da *bête-noire* dos anarquistas” (BOTTOMORE, 2012, p. 29).

fazia contatos com o jornal anarquista *A Guerra Social*.¹⁷ Em 1913, Astrojildo terá decisiva participação no então referido II Congresso Operário defendendo a *ação direta* como meio de luta e a reformulação da imprensa operária com a reestruturação do periódico *A Voz do Trabalhador*.¹⁸

Em 1917, sob o impacto da Revolução de Outubro, o movimento operário mundial sentirá o cataclismo que ecoará nos quatro cantos da Terra. No Brasil, as greves de 1917 a 1920 foram, em certa medida, sinais do impacto dessa revolução. Na arguta análise do historiador Nelson Werneck Sodré:

O movimento operário que, no Brasil, vinha crescendo com ritmo cada vez mais forte, aos influxos dos efeitos da Guerra Mundial, no exterior, e do desenvolvimento das relações capitalistas, no interior, recebeu novo impulso, qualitativamente diferente, como o triunfo, na Rússia, da Revolução de Outubro. Para o proletariado de todo o mundo, começava uma nova fase histórica; para o do Brasil, abria-se também etapa nova [...] desde logo, a corrente socialista começaria, aqui, a ganhar força; a corrente anarquista iniciaria o seu prolongado declínio (SODRÉ, 1984, p. 38-39).

É nítido que, já neste momento, Astrojildo Pereira, fazendo a leitura da realidade e do forte impacto da Revolução Russa, perceberá os limites de ação do ideário anarquista na luta contra o Estado liberal-oligárquico e a nascente burguesia brasileira. Tanto que, juntamente com outros líderes do movimento anarquista, procurará articular um partido comunista de orientação anarquista que teve, aliás, curtíssima duração.

Em 1921 consolida-se, no sul do país, e sob a influência de militantes argentinos e uruguaios, o Grupo Comunista de Porto Alegre que fora legatário, na verdade, da União Maximalista organizada anteriormente por um militante libanês, Abílio de Nequete. Em seguida, outros grupos – como em Santos e Rio de Janeiro – vão se formar diversas associações comunistas no qual o jovem militante Astrojildo Pereira cerrou fileiras. O movimento de formação destes grupos comunistas deu origem à fundação nacional do Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi fundado em 25 de março, em Niterói, Rio de Janeiro, por nove militantes representando 73 membros de diversos organismos de atuação no movimento operário. A votação se encaminhou e escolheu a Comissão

¹⁷ Sobre o jornal *A Guerra Social*, consultar o acervo online do Arquivo Edgard Leurenroth em: <<http://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital>>.

¹⁸ Jornal fundado por anarquistas da COB (1908). Ver também: TOLEDO, 2007.

Central Executiva (CCE): Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Cruz Jr., Antônio Canelas e Luiz Peres.¹⁹

A fundação do PCB ocorre em clima de intensa mudança na base e na superestrutura da sociedade brasileira. Há um incremento industrial e uma nascente classe operária, setores médios urbanos conformando, ainda que incompleta, uma amorfa sociedade civil com seus aparelhos privados de hegemonia. O Brasil velho confronta-se com o Brasil novo na Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo, e os setores médios urbanos expressam toda sua indignação com o Estado liberal das oligarquias, manifestando-se violentamente com a histórica Revolta do Forte de Copacabana expressada por intermédio do movimento tenentista. Isto se deu no bojo da emergência da modernidade no Brasil, como assevera Del Roio:

[...] o PCB aparece como elemento constitutivo fundamental da modernidade emergente no Brasil, ao prover a luta social de um novo instrumental político e cultural, referido ao marxismo refundado na práxis estatuída pela revolução popular socialista no Oriente russo e na Europa Centro-Oriental (DEL ROIO, 2007, p. 25).

Como vimos a passagem da monarquia à república significou um novo momento na história brasileira. Conserva-se o grande latifúndio e a concentração da terra. Com o fim do escravismo, o problema da mão de obra é equacionado tendo o Estado como agente promotor de uma política de imigração com substrato ideológico na teoria do branqueamento. Tanto no campo como na cidade as relações sociais capitalistas se avultam em torno da política de valorização do café e o Brasil transita em menos de cinco décadas de uma economia de produtos tropicais para uma economia semi-industrial. Nesse processo forma-se o proletariado urbano concentrado no eixo do sudeste. Suas primeiras manifestações reivindicatórias encontram eco no socialismo reformista e no movimento anarcossindicalista que hegemonizou as lutas operárias desde a fundação da COB em 1908 até as grandes greves operárias do período 1917-1920.

¹⁹ A trajetória desses importantes membros do partido pode ser consultada em: PANDOLFI, 1995.

O PCB na crise da Era Vargas: a Revolução Brasileira dos comunistas na revolução passiva das classes dominantes

Os partidos políticos surgem em momentos de crise histórica aguda como sugere Serge Bernstein (BERSTEIN, 2003). Seguindo as intuições metodológicas de Bernstein, é notório que o PCB nasce de uma profunda crise no seio do Estado liberal-oligárquico da Primeira República (1889-1930); mas também das contradições postas pela Revolução Russa, que significou um duro golpe ao imperialismo e gerou uma profunda cisão no movimento comunista internacional. Em 1922, o Brasil estava em ebulição política, econômica e social. A questão operária era “caso de polícia” e as camadas médias urbanas clamavam por mais participação pela via do tenentismo.

O movimento de 3 de outubro de 1930, que começa no sul do país, iniciado por um amplo movimento militar e que culmina com a destituição do presidente Washington Luís em 24 de outubro, inviabilizando Júlio Prestes de ser empossado, dava início à Era Vargas (1930-1945). Em realidade, o fato histórico em questão é um fenômeno aparente de um amplo processo sócio-histórico que Antonio Gramsci (1891-1937) caracterizou como “revolução passiva” e que, na mesma avaliação, Nelson Werneck Sodré chamou de “mais uma etapa da revolução burguesa aqui” (SODRÉ, 1984, p. 109).

Para Nelson Werneck Sodré, a Era Vargas define-se, no que tange à política operária, em conquistar os trabalhadores dando-lhes benesses materiais, oferecendo-lhes “direitos econômicos” ao passo que retirava direitos políticos. Um regime de apologia à “paz social” (harmonia social durkheimiana de caráter positivista) na “intenção de negar a luta de classes, mas tudo sob o comando da burguesia, que teria a classe operária como tutelada” (SODRÉ, 1984, p. 110).

Se se pode caracterizar o período de Vargas em algumas linhas, e do ponto de vista da luta de classes no Brasil, ele foi o momento em que, a burguesia, para modernizar-se e lançar-se à aventura política de constituição de um bloco histórico, buscou apoio na intervenção (no caso do Brasil, militar) para amparar um projeto de organização do mercado de trabalho pela estrutura corporativa dos sindicatos e na criação, pela lei, do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho. Por isso, faz-se necessário que o entendimento, dentro do nosso quadro teórico-

interpretativo, é que Getúlio Vargas “não derrotou a burguesia” como opera uma historiografia de matiz weberiana que confunde as categorias de classe dominante e classe dirigente. Mesmo Fernando Henrique Cardoso teve o discernimento de compreender que a fração burguesa industrial era ascendente, porém frágil (CARDOSO, 1964). Por isso, falar apenas em “burguesia” em abstrato, não esclarece sobre as contradições de classe. São necessárias as mediações para se chegar ao entendimento de que Vargas alija do poder uma fração burguesa de “tipo agrária” e de extração colonial.²⁰ Ademais, fazendo concessões aos setores subalternizados, que no Brasil limitou-se aos trabalhadores urbanos. Para Gramsci:

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais (GRAMSCI, 2006, p. 299).

O percurso da revolução burguesa no Brasil pode ser compreendido a partir da análise gramsciana de revolução passiva, isto é, o movimento histórico em que as forças sociais subalternas são exíguas para instituir um novo poder, conquanto alcancem capacidade de constrição e pressão sobre as classes no poder. É a revolução burguesa como um momento e um processo histórico em que há a generalização das relações sociais de exploração constituídas na acumulação do capital industrial. As classes sociais envolvidas no desenvolvimento histórico brasileiro, e que chegam até 1930, são representadas de um lado pela burguesia agrário-exportadora e pela nascente classe burguesa industrial, pelos setores médios urbanos e, de outro, pelos setores subalternos da sociedade civil – a classe operária (minoritária) e pela imensa massa de camponeses

²⁰ Sobre esse amplíssimo debate nas Ciências Sociais, consultar a obra *Estado e Burguesia no Brasil* do cientista político Antônio Carlos Mazzeo em que o autor, no debate com outros intelectuais como José Chasin, explica a via colonial do capitalismo brasileiro inspirado na teoria da particularidade e determinação histórica de Gyorgy Lukács.

vivendo, em sua maioria, em condições de miséria e opressão pela classe senhorial. Em Gramsci:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações (GRASMCI, 2002, p. 317).

Portanto, o entendimento do processo de Revolução Brasileira nesta investigação, se dá por caracterizar que 1) a revolução ocorre em longa duração histórica; 2) assim como na Itália de Gramsci, a burguesia brasileira não conseguiu colocar sua hegemonia sobre a burguesia agrária, mas acabou se ligando ao capital do complexo cafeeiro, limitando a ação de sua fração americanista; 3) a classe subalterna, não podendo impor seu projeto hegemônico, porque insuficientemente organizada, fez pressão na instituição de direitos outrora negados. Esse é o quadro analítico para analisar o processo de formulação tático-estratégico em que o PCB se propôs como partido da classe operária, formular uma teoria de Revolução Brasileira para a via socialista no quadro de uma revolução passiva em curso, o que denotava em imensas dificuldades para a organização.

As vicissitudes do partido eram enormes, pois era necessário, dentro do processo real de revolução passiva em curso, propor outra analítica para, no movimento da *práxis* revolucionária, mudar o curso da história. Era preciso operar organicamente teoria e prática (a *práxis*), tática e estratégia numa formação social pouco conhecida pelos comunistas brasileiros. A primeira tentativa do PCB de formulação de uma fundamentação histórica para o processo de desenvolvimento e do caráter propriamente dito da Revolução Brasileira se deu com a publicação de Octávio Brandão, em 1924, da obra “Agrarismo e Industrialismo”, “que foi a primeira interpretação da realidade brasileira feita em nome do marxismo-leninismo” (KONDER, 2010, p. 50).

A caracterização que o partido fazia da Revolução Brasileira era a de que o Brasil era um país de dimensões continentais estruturado no grande latifúndio mantido à base de relações de exploração semifeudal dos camponeses: “definia-se pela primeira vez o caráter da revolução como antifeudal e anti-imperialista, formula que teria grande

fortuna nas décadas seguintes” (DEL ROIO, 1990, p. 271). Em outras palavras, o PCB já dava sinais de ter alçado a capacidade de, por intermédio de seu grupo dirigente original, esboçar uma teoria da Revolução Brasileira que tergiversava um programa que pressupunha que, no seio da crise do Estado liberal-oligárquico, fazia-se necessário a aliança dos setores médios urbanos e a classe operária.

Dito isto, e no que se refere aos problemas de organização partidária, no III Congresso do PCB realizado entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929 na cidade de Niterói, o partido repudia a formulação de Revolução Brasileira contidas nas elaborações do núcleo dirigente original colocando Astrojildo Pereira e Octávio Brandão no completo ostracismo político. Em realidade, as causas dessas ações podem ser verificadas nas ações intervencionistas da Terceira Internacional Comunista (IC). É o começo de uma cultura política que ficou identificada como obreirismo, consequência de uma intensa proletarização do partido.

O obreirismo radical ultra esquerdista tem início a partir das orientações do secretariado latino-americano, a partir de 1930, e que teve como produto o afastamento de importantes quadros dirigentes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. O obreirismo durou de 1929 a 1934 e tinha no operário pobre sua caricatura exemplar de militante profissional. O ponto alto foi em 1932 quando o PCB esteve sob a direção de Fernando Lacerda. Este grupo fazia a denúncia do prestismo – tachado de tenentista pequeno-burguês – e também da Liga de Ação Revolucionária (LAR), fundada por Prestes, Aristide Lobo e Silo Meireles em julho de 1930, em Buenos Aires.

Está claro que as mudanças na composição e estrutura partidária, ocasionou numa outra concepção de Revolução Brasileira no interior do partido e outras formas táticas e estratégicas de atuar na realidade. Mas, posteriormente, a IC colocava Luiz Carlos Prestes, de matriz ideológica tenentista-positivista, como secretário-geral do PCB, em 1934. Prestes trouxe consigo a ideologia tenentista de conotação positivista que teve consequências nefastas para o funcionamento das atividades do partido, posteriormente, com o *putch* de 1935; um erro de análise da realidade concreta da situação concreta – como diria Lênin – pois não se levou em conta as condições subjetivas e o nível de organização e consciência das massas operárias que não tinham,

até aquele momento, uma ligação orgânica com o partido, mesmo levando em conta os esforços da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A ANL conformou-se no Brasil, a exemplo das Frentes Populares na Europa da década de 1930, na luta contra os elementos fascistas e nazistas. A relação política entre o PCB e a ANL são complexas e polêmicas. Buscando compreender este fenômeno a historiadora Marly Vianna sustenta que o partido só aderiu – com muitas desconfianças²¹ – à ANL pelo prestígio que Prestes tinha dentro da organização e pela adesão em massa dos militares de esquerda já dentro do partido e que seguiram Prestes. A partir de abril, maio e junho de 1935, Prestes passa a defender um governo de libertação nacional por intermédio de uma revolução agrária e anti-imperialista e no combate aos elementos da AIB (Ação Integralista Brasileira). Claro que o PCB não abandonou a ideia de estruturação de sovietes. Taticamente a ANL poderia servir como instrumento político para a etapa de uma verdadeira revolução burguesa.

Em julho de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, diante do ascenso do nazifascismo, os partidos comunistas de todo o mundo foram orientados à aproximação com os social-democratas. Destaque para o dirigente búlgaro da IC, Georgi Dimitrov que enfatizou a necessidade de uma Frente Antifascista em todos os países que tinham partido comunista. A luta deveria caracterizar-se pelo embate no âmbito do parlamento e pelo respeito ao constitucionalismo burguês (HOBSEBAWM, 2010). Mas em 1936, o PCB iria sofrer outros dois abalos dramáticos: a prisão de Prestes e a deportação para a Alemanha nazista de Olga Benário. Prestes e sua companheira Olga foram presos em março e o Estado coloca em prática a Lei de Segurança Nacional de 1936. Olga é deportada no ano seguinte e morre nos campos de concentração nazista.

Em suma, começa uma política de “caça às bruxas” que tem seu coroamento no Plano Cohen, uma confabulação dirigida por políticos anticomunistas para incriminar e desestabilizar o já fraco PCB. Vargas teria caminho aberto, agora, para traçar um plano mais ambicioso: criar o Estado Novo (1937-1945). Segundo Boris Fausto, o Plano Cohen de setembro de 1937, do ponto de vista da historiografia, possui ainda muitos pontos

²¹ “Mesmo depois que passou a trabalhar dentro da ANL, o partido não escondia suas restrições à organização, chegando a alertar que ‘as inclinações direitistas’ dentro dela tendiam a influir negativamente no partido” (VIANNA, 2003, p. 47).

obscuros de quem realmente teria sido o redator. O certo é que participaram da trama o capitão integralista Olímpio Mourão Filho, os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, e o chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller (FAUSTO, 2015).

Claro está que entre 1938 e 1942, o PCB, praticamente, não existia mais enquanto partido organizado e estruturado. Embora o “setor civil” do partido de 1938 até 1940 não tenha sofrido prisões significativas, os membros militares – tenentistas – foram presos em sua maioria como apontou Gregório Bezerra em suas memórias.²² Nem mesmo, anteriormente, nos piores anos de clandestinidade, os comunistas haviam sofrido tamanho acinte como agora no período do Estado Novo. E como atestou o militante Moisés Vinhas, em 1939 o PCB havia fenecido diante da política ditatorial de Vargas; todo seu núcleo dirigente havia sucumbido em São Paulo (VINHAS, 1982).

O período de 1930 a 1940 trouxe intensas modificações no Brasil e no mundo. Aqui se desenvolvia uma revolução do tipo passiva, em que os setores dominantes definiram novas estratégias de dominação de classe tendo como suporte o corporativismo de Getúlio Vargas e o aumento da presença norte-americana na economia. Foi o tempo do Estado nacional forte consubstanciado na estrutura do Estado Novo. O partido, nessa empreitada, na ânsia de colocar um projeto de Revolução Brasileira, malogrou em 1935. Na esteira destes acontecimentos, o fascismo europeu gestava a guerra imperialista. A URSS já uma potência e núcleo do movimento comunista internacional, influenciava sobremaneira os partidos comunistas em todo o mundo sob a política do *stalinismo*. A partir de 1934, a IC começa a mudar sua política tática e coordena-se com as Frentes populares. No Brasil, o resultado foi a ANL. Prestes, agora o líder do partido, ainda que vacilante sobre a situação objetiva da realidade nacional apoia decisivamente o movimento de 1935.²³

²² Ver: RODRIGUES, 1981, p. 401.

²³ O Levante de 1935 foi muito debatido na historiografia brasileira. Em geral costuma-se creditar às influências de Moscou a decisão pela via armada. Interessante relato em oposição a essa leitura é dada por Prestes em entrevista: “Aliás, em torno de 35 há uma mentira que precisa ser esclarecida. A história oficial diz que Moscou determinou o levante. Não é verdade. É uma mentira. Nosso partido concluiu que havia condições para chegar ao poder, particularmente porque a ANL gozava de grande prestígio e foi colocada arbitrariamente na ilegalidade por Getúlio” (MORAES; VIANA, 1982, p. 70). Ver: VIANNA, 1992.

Oportunamente, Getúlio Vargas – representante máximo do capital industrial, mas também agrário – e sua bem montada burocracia política e policial, irá desferir os golpes finais num partido já frágil pela ilegalidade, perseguição e repressão dos *aparelhos repressivos de Estado*. A antessala é a Lei de Segurança Nacional; o coroamento é o golpe de Estado em 10 de novembro de 1937. Como dispositivo da revolução passiva em curso, instala-se o *Estado corporativo* e a *unidade sindical* com o controle do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A repressão policial atinge sindicatos, agremiações e partidos. O PCB e sua direção são perseguidos e dispersados; sem comunicação entre si, os militantes vão amargar até a mudança nos rumos da guerra com a entrada dos EUA, URSS e, consequente declaração de guerra ao Eixo por parte de Vargas ao lado dos aliados. A situação internacional mudara completamente. No início de 1942, os EUA começam a empreender uma das mais notáveis demonstrações de força²⁴ contra a máquina de guerra do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Este fato terá consequências na política pecebista e na reestruturação do partido em bases nacionais com a política de União Nacional. O partido crescerá exponencialmente e se tornará um partido de massas tendo um papel importante na redemocratização do país.

Considerações finais

O PCB surge como mais um elemento modernizante no campo da política, em especial na política operária, substituindo de vez a hegemonia anarquista. A gênese do PCB pode ser encontrada, no plano interno, nos movimentos de luta da classe trabalhadora, seja pela via do anarcossindicalismo ou pela via do social-reformismo, nas primeiras duas décadas do século XX. No plano externo, foram as contradições capitalistas na Europa com a guerra imperialista e, também, na ação dos bolcheviques na Revolução Russa de outubro de 1917.

²⁴ Segundo o especialista em História dos Estados Unidos, Leandro Karnal, no período que vai de 1941 a 1945, os EUA expenderam US\$ 321 bilhões, duas vezes mais do que gastou nos últimos 150 anos e mais de dez vezes o valor desembolsado com a Primeira Guerra (KARNAL, 2015).

O estouro da Revolução Russa vai imprimir profunda cisão no movimento comunista internacional. Assim, surge em 1922 o PCB como mais um elemento da modernidade que se expressou na industrialização/ urbanização e consequentemente a constituição de classes sociais bem definidas.

É imperioso assinalar ainda que o partido se constituiu como elemento aglutinador das diversas lutas políticas que vinham sendo desenvolvidas pelos anarquistas antes hegemônicos. O PCB teria, então, a tarefa de, nesses primeiros anos, travar a luta ideológica não apenas com os representantes do capital, mas também com a fração anarcossindicalista. Desse modo, forjou uma teoria da revolução brasileira dual: a contradição entre agrarismo, representado pela hegemonia do capital inglês, e o industrialismo, representado pelas intenções do novo imperialismo estadunidense. As contradições internas, segundo essa formulação de revolução brasileira, se davam entre os setores sociais da “pequena burguesia” – orientada ideologicamente pelo positivismo tenentista e os setores do regime oligárquico. No campo das alianças, a teoria da revolução brasileira propugnava, a exemplo do Guomintang chinês, uma frente ampla do proletariado com a “pequena burguesia” contra o imperialismo e o setor “agrário feudal”.

O segundo momento da tentativa de uma formulação de uma revolução brasileira se dá com a imposição de Prestes como secretário geral do partido no início da década de 1930, o que resultou no afastamento do grupo original (1922-1929) e na introdução do setor militar positivista e tenentista. Apesar disso, o partido ainda manteve o núcleo da sua estratégia de revolução: a luta contra o imperialismo e o agrarismo, mas adicionado ao combate mundial ao fascismo e, por isso, taticamente, uma aliança temporária com os setores progressistas da social-democracia. Isso se expressou na política de frente única da ANL.

As concepções de revolução brasileira desse período de surgimento do PCB (1922-1937) foram particularmente derrotadas pelo avanço das forças engendradas por um novo tipo de política: o *varguismo*. “Concepções”, no plural, porque o partido foi influenciado por diversos fatores. Entre 1922 e 1929, o núcleo dirigente central pautava-se nas ideias difundidas pela III Internacional Comunista de que o Brasil era um país

dependente e semicolonial. Portanto, a estratégia da Revolução Brasileira era a de construir os caminhos para a modernização do país pela via capitalista.

Entre 1929 e 1937, dado o avanço das forças do nazifascismo, a concepção de Revolução Brasileira tinha como tática alinhar-se aos setores antes considerados inimigos da revolução (os social-democratas, os liberais e as demais forças antinazistas). Portanto, a estratégia era a luta pela democracia e a tática era o alinhamento às forças do campo progressistas, a exemplo das Frentes Populares.

Em 1939, quase todos os militantes do partido estavam no cárcere e o partido já não existia mais enquanto organização política. Somente a partir de 1943, o PCB começaria a se reorganizar em torno da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). No entanto, o germe de sua teoria da revolução não iria mudar significativamente. É a partir de 1958 com a Declaração de Março, que uma nova teoria da revolução brasileira iria nascer.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2012. (*versão digital*).

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo, Difel, 1964.

CARONE, Edgard. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. **A República Velha: 1. Instituições e classes sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração 1922-1972**. Tradução de Celso Moura Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil**. V. IV. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935**. Oficina de livros, 1990.

DULLES, John WF. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich. A Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., v. 1.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FONTANA, Josep. A Invenção do progresso. In: **A História dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

FURTADO, Celso. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar In: FURTADO, Celso et al. **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOLDMANN, Lucien. O método em Ciências Humanas In: **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Difel, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 1, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v.1, t. 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 20ª ed. Tradução: Maria Lucia Como. São Paulo Paz e Terra, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. Astrojildo Pereira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS, Filho e outros. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-dumará Fundação Roberto Marinho, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 1930-1964, 1981.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHWARCHZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002. (*Coleção Questões da Nossa Época*).

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte. Oficina de Livros: 1989.

SEYFERTH, Giralda. “Antropologia e a Teoria do Branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda”. **Revista do Museu Paulista**, 1985, nº. 30.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à História do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil da Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945): as esquerdas no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, Marly. A. G. A ANL (Aliança Nacional Libertadora) In: MAZZEO, Antonio Carlos. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VINHAS, Moisés. **O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo, Hucitec, 1982.